

## **II ENCONTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO PERMANENTE DOS DIÁCONOS E ESPOSAS. Salvador – BA, 25 a 30/07/2000**

### **ÉTICA A SERVIÇO DA VIDA: POR UMA NOVA CULTURA POLÍTICA**

Em recente debate político-avaliativo de certa agremiação partidária, discutia-se acaloradamente sobre ganhos e perdas, nas duas últimas décadas.

Pretendendo “provar” o rumo certo que se vinha trilhando, os participantes, em sua maioria, acentuavam, eufóricos, as conquistas, apontando o excelente saldo eleitoral acumulado pelo partido, no período em apreço. A esse olhar de deslumbramento contrapôs-se um outro participante, com uma pergunta desconcertante e de caráter auto-avaliativo: “Tudo bem, o nosso partido vem crescendo eleitoralmente, mas a maioria do povo como vive, hoje? Podemos dizer que também vem melhorando de vida?”

Questionamento desse tipo pode e deve estender-se, guardadas as especificidades, a espaços avaliativos de outras instâncias: sindicais, de outros partidos, de ONGs, de movimentos sociais populares, de igrejas... Com efeito, não raro se brinca de avaliação, por exemplo, no âmbito universitário, como se um único instrumento, aplicado uma única vez, pudesse dar conta satisfatoriamente do real desempenho institucional das universidades, como é o caso do famigerado “Provão”... Organizações sindicais há, que de avaliação cuidam como um instrumento de mera formalidade, para preenchimento de papéis a serem remetidos a instâncias burocráticas superiores. Algo semelhante se passe com não poucas ONGs e outras entidades da sociedade civil.

Será que as coisas mudam tanto, quando se trata de igrejas? O que dizer especialmente da nossa? Ou não parece bem mais freqüente do que se imagina, encontrar-se regional/diocese/paróquia, com décadas de atuação pastoral, em que as avaliações, quando feitas, se limitam a registrar evidências – quase sempre as positivas, na percepção dos avaliadores! – com pouco ou nada a despertar para a necessidade de mudança radical de rumo e de estratégia?

Uma conduta ética – individual ou coletiva – fundada nos e a serviço dos valores da vida, na perspectiva do seguimento de Jesus, requer uma permanente disposição avaliativa e auto-avaliativa da caminhada. Para que rumo vem apontando efetivamente esse caminhar? Os métodos utilizados são compatíveis com a perspectiva adotada? A que resultados se tem chegado? Eles são satisfatórios, não só do ponto de vista dos protagonistas, como também dos seus parceiros e aliados?

Naquela cena evangélica narrada por Mateus (Mt 11,2-6) e Lucas (Lc 7,18-23), o profeta encarcerado João Batista, por meio dos seus discípulos, recebe de Jesus uma resposta convincente – porque fundada na prática! – acerca de sua natureza messiânica: “voltem e contem a João o que estão ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os paralíticos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Nova.” Quem se põe no seguimento de Jesus, não tem como escapar a essa vocação libertadora. O desafio é: como tornar viva e real, também em nossos dias, essa mensagem libertadora”. Como exercer o discipulado de Jesus, numa sociedade de gritantes desigualdades e antagonismos sociais, de extremada concentração de terra, de riquezas, de poder em tão poucas mãos?

Nas linhas que se seguem, limitar-nos-emos a propor alguns elementos de reflexão que possam ajudar a lançar um olhar avaliativo e auto-avaliativo de nossa cultura política, buscando associar às anteriores, perguntas do tipo:

Que leitura fazemos do atual quadro conjuntural? A que instrumentos de análise da realidade costumamos recorrer? O que será que o Espírito tem a nos dizer, acerca dessa realidade sócio-histórica? Como nos posicionamos em face de tal panorama? Qual a nossa parcela específica de responsabilidade?

Em busca de alternativas a esse quadro, que passos estão ao nosso alcance? Nesse sentido, distribuimos nossa exposição da seguinte maneira. Primeiramente, tratamos de lançar um olhar crítico sobre o atual quadro conjuntural, buscando conhecer melhor o terreno em que pisamos: em seguida, com base em fontes bíblicas, especialmente o Evangelho, sublinhamos alguns pontos que nos servem de luz para uma apreciação adequada dos valores dominantes, na atualidade: por fim, levantamos alguns pontos que podem servir de pistas para nossa busca de uma nova cultura política, como manifestação de uma Ética a serviço da vida.

## **1. Alguns traços da globalização neoliberal: o rosto atual do Capitalismo**

“Neoliberalismo”, “Globalização”, “Modernização” vêm sendo expressões freqüentemente escutadas e lidas nos principais meios de comunicação de massa. Já fazem parte do vocabulário comum dos telejornais, mas, concretamente, o que querem dizer? Que traços principais caracterizam o Neoliberalismo? Que implicações concretas têm para nós?

Na tentativa de ensaiar algumas pistas para essas questões, começemos pelo que significa para nós Neoliberalismo ou globalização neoliberal. Para muitos, ele não passa de um novo apelido do velho Capitalismo. É o Capitalismo de nova cara, apresentando uma face ainda mais internacionalizada, com mecanismos geradores de maior injustiça social, dentro de uma estrutura uniformizante e de “pensamento único”, a semear luxo e miséria e a reforçar o fosso cada vez maior entre ricos e pobres. Em vez de partirmos de uma definição ou de recuperar sua história e seguindo a inspiração do Evangelho, de que “toda árvore se conhece pelos frutos” (“unaquaeque enim arbor de fructu suo cognoscitur”: Lc 6,44), contentemo-nos com apontar alguns dos principais traços de como esse “lobo voraz” se manifesta entre nós: apresenta-se, ainda mais do que antes, como inveterado concentrador de riquezas e poder: os organismos oficiais dão conta de que algumas centenas de pessoas concentram em suas mãos mais da metade das riquezas do mundo; gerador incessante de desemprego estrutural, mais do que conjuntural; imposição, pelos governos imperialistas (o G-7), de políticas econômicas perversas à enorme maioria dos países periféricos, em atendimento aos interesses dos grandes conglomerados transnacionais, principalmente os do mundo das finanças, mediados por poderosos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC...).

- desobrigação por parte dos Estados nacionais de assegurar suas funções sociais tradicionais (educação, saúde, saneamento, seguridade, habitação, segurança pública, etc.);
- desregulamentação dos direitos e conquistas sociais, mediante reformas constitucionais aprovadas por um parlamento afeito, em sua grande maioria, a negociatas pagas com dinheiro público;
- imposição de política de privatização do patrimônio da nação;
- controle autoritário combinado com descarada subserviência dos meios de comunicação de massa; em se tratando de um serviço socialmente relevante, constitucionalmente submetido à outorga e renovação da concessão (art. 223)

pelos poderes competentes, seria de se esperar a efetiva proibição de qualquer monopólio ou oligopólio (art. 220, § 5º). Na prática, porém, resta a ver qual dos canais de televisão produz e veicula, em âmbito nacional, programação regular do interesse de forças sociais de esquerda;

- perseguição e combate às forças populares e sindicais que ousam resistir ao desmonte e sucateamento dos serviços públicos essenciais;
- multiplicação crescente da massa de excluídos;
- aumento assustador dos índices e formas de violência;
- crescimento dos índices das doenças da pobreza;
- aplicação do dinheiro público em financiamento de dívidas de banqueiros e usineiros;
- exploração/recolonização dos países periféricos, mediante um conjunto de mecanismos de pilhagem “modernos” (“dívida e(x)terna”, apropriação ou controle de jazidas e fontes de matéria prima estratégicas; de capitais, de recursos humanos altamente qualificados, cumplicidade com os organismos responsáveis pelos estragos gerados pelo capital volátil);
- o crescente espaço que os telejornais dedicam ao noticiário ligado a uma multiplicidade de cenas de corrupção e violência social, atingindo as entranhas do estado e comprometendo cada vez mais o já fragilizado tecido social;
- crescente inviabilização da vida do e no planeta.

Esses são apenas alguns dos traços que assinalam a natureza perversa do Capitalismo que hoje se apresenta sob a face/fase dita neoliberal. As conseqüências são pesadas e variadas e se fazem presentes no dia-a-dia de nossa gente; milhões de trabalhadores jogados no olho da rua, e sem esperança de recuperar seus postos de trabalho; negação à educação, saúde, moradia, segurança etc. No caso específico do Brasil, a situação chega a ser bem mais grave, a julgar pelo enorme e variado potencial do País, do qual vale a pena destacar as principais riquezas:

2. 5º maior país em área (com vantagens sobre outros: não tem vulcões em atividade, não conhece terremotos devastadores, não possui geleiras eternas, a inviabilizarem economicamente seu solo);
3. uma enorme área agriculturável, grande parte da qual ainda pouco, mal ou nada cultivada;
4. densa reserva de biodiversidade, graças às suas vastas florestas, à sua fauna;
5. um subsolo rico, extenso e variado (ferro, manganês e tantos outros minerais);
6. uma imensa faixa litorânea, com todas as potencialidades do mar e das belezas naturais;
7. privilegiada reserva de água doce, com rios extensos e caudalosos, sem esquecer os lençóis freáticos, inclusive no semiárido;
8. um bem desenvolvido parque industrial, de ciclo praticamente completo;
9. por essas razões, não por acaso, uma das dez maiores economias do mundo. O fato é que, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo, os índices de empobrecimento atingem níveis intoleráveis, justamente no momento em que, como atestam os dados oficiais recentemente assinalados por um estudioso de reputação internacional. “A abundância de bens atinge níveis sem precedentes, enquanto o número dos sem-teto, dos sem-trabalho e dos que passam fome, aumenta sem cessar, (...) Será que se trata de uma fatalidade? De modo algum. Segundo as Nações Unidas, para que toda a população do Globo tivesse acesso às necessidades básicas (alimentação, água potável, educação, saúde), bastaria tirar das 225 maiores fortunas do mundo menos de 4% da riqueza acumulada,

ou seja, apenas o que os habitantes dos Estados Unidos e da União Européia gastam, em um ano, com perfumes...” (Ignacio Ramonet, in *Le Monde diplomatique*, novembro/1998).

## **10. Com que lentes ou com que critérios vamos examinar os frutos desse sistema?**

“Com critérios inspirados no Evangelho” – poderíamos completar, de pronto. Resposta certamente consistente, cuja fecundidade, por outro lado, vai aparecendo melhor à medida que conseguimos explicitar tal balizamento, buscando auscultar, sempre mais e melhor, o que o Espírito nos tem a dizer, a partir do concreto de nossa vida. A Palavra de Deus, ontem como hoje, nos é dirigida em situações concretas. Como uma mãe amorosa e sábia pedagoga, que sabe lidar com todos os seus filhos, respeitando-lhes as diferenças e a diversidade de circunstâncias que os cercam, Deus se manifesta a todos, mas não de maneira uniforme. Sua mensagem de justiça e de solidariedade soa diferentemente aos ouvidos de uma afrodescendente do meio popular nordestino e aos de um grande empresário norte-americano do mundo das finanças que se declare cristão. O revolucionário diálogo que Jesus, rompendo com preconceitos de gênero, de etnia e de classe, ousa empreender com a samaritana (cf. Jo 4,5-26) e a postura profético-pedagógica de Jesus, por ocasião do encontro com o publicano Zaqueu (cf. Lc 19,1-10) são exemplos ilustrativos de como a Palavra de Deus interpela as pessoas, a partir do seu contexto concreto, mas sem jamais abrir mão de indicar as condições de conversão ao horizonte do Reino de Deus.

De modo semelhante, o Evangelho pode suscitar diferentes leituras, em pessoas e grupos sociais diversos, ainda quando situados numa mesma igreja. A mesma Bíblia pode ser lida diferentemente (pelo menos quanto a esse ou aquele ponto) por militantes de CEBs e por membros da RCC. Por uns o Espírito Santo é invocado como Luz e Força de denúncia e anúncio da Boa Nova, nas lutas do dia-a-dia; para outros, o mesmo Espírito Santo é invocado como inspirador do dom da cura e da glossolalia. Ainda que a diversidade de leituras da realidade social continue sendo uma constante entre cristãos e até entre membros de uma mesma igreja, há critérios balizadores relativamente seguros que se aplicam a esse tipo de leitura. Destaquemos alguns:

11. dificilmente se pode objetar quanto à posição preferencial de Jesus pelos “de baixo”, pelos excluídos do sistema; empobrecidos, doentes, órfãos, mulheres, pelas vítimas de todo o tipo de exploração, opressão, marginalização, discriminação (cf., por ex., Lc 4,16-19), sem que nos esqueçamos de que Ele próprio se fez um pobre entre os pobres, e assim indica aos que prometem segui-Lo: “As raposas têm as suas tocas e as aves do céu os seus ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça” (Lc 9,58).

A Boa Nova, com a qual se identifica, supõe práticas e valores inconfundíveis, tais como: Justiça (“Procurai, antes de tudo, o Reino de Deus e sua justiça, e Deus vos dará, em acréscimo, todas essas coisas”, Mt 6,33), coerência entre discurso e prática (“Nem todo aquele que diz: Senhor, Senhor, entrará no Reino dos Céus, mas aquele que faz a vontade do meu Pai que está nos céus”- Mt 7,21); denúncia profética de práticas e de valores contrários ao Projeto de Deus: a hipocrisia, a sede de poder e de prestígio, a opressão de classe, a discriminação... Lc 11,42-52); anúncio de práticas radicais de conversão tais como: a partilha, o serviço, a solidariedade, a fraternidade, Mt 25, 34-40); a coragem profética de se situar perante os conflitos, de modo sempre fiel aos valores do Reino de Deus, e por isso desagradando aos “donos” do poder econômico, político, cultural e religioso... (cf., por ex.: as maldições em Lc 6,24-26, pronunciadas logo em seguida às

bem-aventuranças; Lc 13,31-33; o recado que manda a Herodes; “Ide dizer a essa raposa...”; Mt 10,34-39; Ele não aceita a paz dos cemitérios ou atitudes de conciliação com base na injustiça; etc.).

São apenas algumas indicações recolhidas somente dos textos evangélicos. Os demais livros bíblicos do Antigo e do Novo Testamento também constituem preciosa fonte de inspiração. Todos nos ajudam a confirmar os principais traços do Projeto de Deus que somos convidados a tomar como referência e inspiração, com vistas à transformação da realidade social em que vivemos. A seguir, ousamos propor alguns elementos de reflexão, em busca de pistas ético-sociais alternativas ao modelo presente.

## **12. Em busca de pistas que propiciem o exercício de uma nova cultura política, como manifestação de uma Ética a Serviço da Vida**

A partir do que foi exposto nos itens 1 e 2, nossa atenção se volta agora a focalizar alguns elementos propositivos com vistas à superação, na perspectiva de uma Ética social a serviço da vida, mediante o exercício de uma nova cultura política, de enormes desafios que nos são colocados pelo atual contexto sócio-histórico. Desde que não se tomem na conta de qualquer receituário, os pontos que seguem podem ser úteis como provocação ao exercício (individual e coletivo) de ousar pensar alternativas a esses tempos de barbárie neoliberal.

Alimentar a utopia, semeando/consolidando/reabilitando o hábito de exercer a Política, fazendo eco ao apelo Paulino de Rm 12,2, sem jamais perder de vista o horizonte da utopia do Reino: de justiça, de partilha e de solidariedade, em todos os âmbitos e em sentido universal. Sem a força desse “sonho acordado” (E. Bloch), sem a paixão de servir desinteressadamente (inclusive sem remuneração) à causa libertária dos empobrecidos, tornam-se inconsistentes todas as vias de transformação, pois, como diz José Dolores – personagem do filme “Queimada”: “É melhor saber para onde ir, sem saber como, do que saber como e não saber para onde ir”. Perder de vista o horizonte da utopia do Reino implica sucumbir gradativamente aos sedutores apelos da ordem estabelecida, sob o pretexto de sua inevitabilidade, argumento semelhante ao do tipo: “Já que o neoliberalismo é inevitável, tratemos de nos acomodar e tirar proveito dele!”. É a introjeção/assimilação dos valores do sistema, com base no que, daí para frente, tudo passa a ser justificado...

Exercitar a Política para além dos espaços governamentais. É por demais sabido que o campo da Política não se restringe ao Estado, aos espaços governamentais, aos chamados poderes da República (executivo, legislativo e judiciário). Contudo, na prática do dia-a-dia, salvo raras exceções, isso termina esquecido. Perde-se de vista o enorme potencial transformador de pessoas e grupos que, sem mandato convencional – muitas vezes, no mais completo anonimato! – dão prova de maior aplicação e fidelidade à causa pública do que a enorme maioria dos eleitos e dos investidos de algum poder. Examine o caso do seu município/estado/união, e certamente descobrirá surpresas agradáveis: gente ligada a um movimento social popular, a uma pastoral social, a uma associação comunitária, a um sindicato combativo... Por que não investir justamente nesse pessoal aparentemente “sem vocação para a Política”, e que, no entanto, faz do serviço silencioso aos excluídos a vocação do seu cotidiano?

Recuperar o sentido do todo (do conjunto dos empobrecidos, estejam onde estiverem), em lugar de se limitar apenas a um partido, a um sindicato, a uma igreja. A história recente e menos recente tem mostrado que o espírito de facção constitui um terreno fértil para as práticas corporativistas: primeiro, a minha categoria/sindicato/tendência/igreja, depois...” Não é por acaso que, pelo simples fato de

terem sido demitidos, muitos trabalhadores e trabalhadoras deixam de ser alvo de preocupação de não poucos sindicatos.

Não só – nem principalmente – nos partidos se encontra gente disposta a lutar por mudança. Identificar e articular as forças efetivamente comprometidas com os empobrecidos, lá onde elas estiverem atuando: nos movimentos sociais populares, nas pastorais sociais, nos sindicatos combativos, nos partidos de esquerda. O vício maior a ser vencido, aqui, é o de se atribuir aos espaços partidários a exclusividade da ação política transformadora. Uma das principais conseqüências desse equívoco resultou na redução considerável do número de militantes e animadores junto aos movimentos sociais populares, nos anos ‘70 e 80’, que foram trocados pelos gabinetes parlamentares e secretarias governamentais, sem faltar a ilusória alegação de que, chegando ao Governo, estaríamos mais perto do poder. Qual poder? A vida da maioria do povo atesta...

Apostar/investir num partido-movimento. No que é específico do partido, privilegiar ações políticas com caráter de movimento, destinando o melhor de seus recursos e do seu pessoal ao trabalho de apoio, de solidariedade efetiva às lutas populares, servindo-se dos espaços governamentais como instrumento e não como fim.

Relativizar/refutar a insistente cobrança de postura “propositiva”, feita às forças de esquerda conseqüentes, por parte de certas forças deslumbradas com a via eleitoral, quando, na prática, não passa, não raro, de colaboracionismo com as forças governamentais da ordem de repente transformadas em “parceiras”... “Propositivas” em relação a quê(m)? À ordem imperante?

Romper com a tendência do culto a personalidades, que favorece a manipulação e inibe a participação mais livre e consciente das bases, nas decisões.

Assegurar o rodízio de cargos, em todos os níveis e instâncias. Um dos fatores mais diretamente responsáveis pelo fosso entre dirigentes e base tem a ver com a crescente tendência de representantes (eleitos ou indicados) se eternizarem em seus cargos, não raro com a irritante cumplicidade da base, sob argumentos vários (“Ele tem carisma para isso” [E os outros e as outras também não têm?]; “Em time que está ganhando não se mexe” [E quando está perdendo?])... E o que dizer de trabalhadores que, praticamente abandonando sua profissão e as bases de onde vieram, acabam fazendo profissão dos cargos que ocupam? E no mundo sindical, nas ONGs, nas associações, nos próprios movimentos sociais, e nas igrejas, será que não se passa algo semelhante?

Manter-se sempre vigilante quanto ao exercício, no cotidiano, da coerência ético-política entre os fins almejados e os meios empregados.

Associar as ações de âmbito local às de nível internacional, e vice-versa. Sem o acompanhamento e o comprometimento com as ações, no plano internacional (latino-americano e em outros continentes), perde-se a fecundidade das ações no plano local, regional ou mesmo nacional. Urge ver sempre a dimensão internacional contida nas ações localizadas, bem como as implicações locais de fatos ou acontecimentos de âmbito internacional.

Formulação de um plano de educação permanente para militantes, orientada para uma formação omnilateral, de modo a permitir o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, em suas diferentes dimensões (gênero, idade, etnia, espacialidade, ecologia, subjetividade, relação com o sagrado...).

Cultivar a memória histórica das lutas e dos movimentos sociais populares, mediante, por exemplo, a manutenção regular de uma imprensa não apenas informativa, mas também formativa.

Inúmeros outros pontos podem e devem ser acrescentados, como possíveis outras pistas de caráter ético-social, favorecendo o exercício de uma nova cultura política, pistas que sejam capazes de observar e articular adequadamente o rumo transformador das

práticas e concepções, na perspectiva do seguimento de Jesus, bem como o jeito de proceder em busca desse mesmo rumo, visceralmente antagônico ao modo capitalista de ser e agir.

*Diacono Alder Júlio Ferreira Calado*